

Não será fácil mudar imagem do Congresso

Antes de concluir o segundo turno da eleição não se deve esperar encaminhamento definitivo da escolha dos novos presidentes da Câmara e do Senado. As forças que estarão em jogo só então, com os resultados finais do pleito, estarão inteiramente definidas. Basta pensar, por exemplo, na situação de São Paulo para se perceber que, se conseguir eleger seu candidato, o governador Orestes Quérzia quererá desempenhar um papel na política federal, com o que anunciará definitivamente sua presença na disputa do poder nacional. Também só depois de estabelecido o quadro de distribuição de forças o governo federal estará em condições de levantar sua exata posição nas duas casas do Poder Legislativo, e então concluir se deve partir para a formação de um bloco, de um novo partido ou simplesmente se apoiar nas bancadas que se dispuserem a seguir suas diretrizes.

A situação interna nas câmaras legislativas e o possível desejo dos seus membros de rever posições tradicionais, ajustando-se a um novo modelo indicado pelas críticas de que está sendo alvo o Congresso, poderão igualmente influir no ânimo dos que vão escolher mesas diretoras possivelmente reformistas. A proposta clássica de devolver a presidência da Câmara ao deputado Ulysses Guimarães, que já a presidia em 1956, poderá não ser a mais estimulante, não por faltar ao candidato condição ética de retorno ao posto mas por sua tradicional complacência com os processos da vida legislativa que mereceram a reprovação do eleitorado, segundo as análises correntes. Na mesma linha se situariam candidaturas como a do deputado Inocêncio de Oliveira, atual vice-presidente, normalmente pouco resistente aos pleitos do plenário.

Nesse sentido o candidato que poderia ter mensagem renovadora, segundo o consenso dos observadores da vida parlamentar, é o deputado Nélson Jobim, autor de um projeto de reforma do regimento interno, infelizmente engavetado pela Mesa. O projeto de Jobim introduzia algumas novidades, como por exemplo o abandono da designação de



assessores permanentes, o que só faz engordar os quadros burocráticos da casa, em troca da escolha em cada caso de assessores *ad hoc* mais aptos e mais competentes para dar ajuda efetiva às comissões de trabalho. O deputado gaúcho, no entanto, de perfil esquerdistas, situa-se em divergência com o governo, fiel a uma proposta oposicionista na qual insiste o PMDB. Isso dificultaria acordo em torno da sua candidatura e levaria o problema a um esquema de influências no qual seriam partes dominantes o presidente Collor e o governador Quérzia, se vitorioso no segundo turno.

Difícil supor, no entanto, que o colegiado da Câmara, se bem que renovado em 62% em relação à sua composição anterior, venha a aceitar alteração de práticas privilegiadas a não ser que fosse proposta por liderança incontrastável dentro da casa, coisa de que ainda não há indícios. Há problemas de solução relativamente fácil. Como se sabe, a concessão de passagens aéreas gratuitas a parlamentares originou-se da transferência da capital para Brasília. Para que deputados e senadores se dispusessem a ir para Brasília foi preciso garantir-lhes retorno certo ao Rio de Janeiro, onde todos moravam, exceção dos paulistas. Em seguida, com as novas realidades nacionais, veio a opção pelos diversos estados de origem, mantendo-se o Rio como opção mensal compulsória. Hoje as passagens semanais de ida e volta são para todo o país e há uma extra para a antiga capital.

Claro que essa facilidade de hoje dificulta a permanência de parlamentares na capital. Se eles têm franquia aérea habituam-se ao passeio às bases por conta do erário e reduzem sua presença em Brasília ao mínimo possível. Cancelar as facilidades para fuga poderia ajudar à formação de quórum. Mas sugestões desse tipo dificilmente seriam acolhidas. O ânimo dos parlamentares absorveu vantagens e privilégios e eles já vêm para o mandato prelibando tudo aquilo de que irão desfrutar, ainda que com prejuízo do seu conceito e do prestígio da instituição. Sem que se mude essa mentalidade nada poderá ser feito.

Carlos Castello Branco